



# Dinâmicas dos movimentos juvenis: protestos nas ruas e contestações nas redes sociais em Angola

Gilson Lázaro\*

## Resumo

O presente artigo examina as acções de protestos desencadeadas pelos denominados *revús*, com vista à ocorrência de mudanças sociais. O artigo procura compreender e descrever a relevância dessas acções, o tipo de reivindicações levantadas, assim como a articulação estabelecida ao nível local e nacional como resultado de expressões, aspirações, vontades, lutas políticas e sociais contra a cultura política angolana autoritária. O artigo discute, no essencial, duas manifestações de protesto pré-eleições realizadas em Luanda, em datas simbólicas e três movimentos expressivos, dois antes e um durante o período eleitoral, surgidos inicialmente nas redes sociais. O texto concentra-se na análise do impacto social desses eventos, sobretudo, no seio dos jovens angolanos.

**Palavras-chave:** Protestos; Movimentos Sociais Juvenis; Cultura política autoritária; Angola

## Abstract

This article examines the protest actions they have triggered by the so-called *revús* with a view to bringing about social change. The article seeks to understand and describe the relevance of these actions, the type of demands raised, as well as the articulation established at local and national level because of expressions, aspirations, wills, political and social struggles against the authoritarian Angolan political culture. The article essentially discusses two pre-election protests held in Luanda on symbolic dates and three expressive movements, two before and one during the electoral period, which initially emerged on social networks. The text focuses on analyzing the social impact of these events, especially among young Angolans.

**Keywords:** Protests; Youth Social Movements; Authoritarian political culture; Angola

---

\* Universidade Agostinho Neto / Centro de Estudos Africanos da UCAN, Luanda, Angola.  
Email: [gilson.lazaro@uan.ao](mailto:gilson.lazaro@uan.ao); [lazaro.gilson@gmail.com](mailto:lazaro.gilson@gmail.com)

## Résumé

Cet article examine les actions de protestation déclenchées par ce que l'on appelle les revús en vue de provoquer un changement social. L'article cherche à comprendre et à décrire la pertinence de ces actions, le type de revendications soulevées, ainsi que l'articulation établie au niveau local et national comme résultat d'expressions, d'aspirations, de volontés, de luttes politiques et sociales contre la culture politique autoritaire angolaise. L'article traite essentiellement de deux manifestations préélectorales organisées à Luanda à des dates symboliques et de trois mouvements expressifs, deux avant et un pendant la période électorale, qui ont initialement émergé sur les réseaux sociaux. Le texte se concentre sur l'analyse de l'impact social de ces événements, en particulier parmi les jeunes Angolais.

**Mots-clés :** manifestations, mouvements sociaux de jeunes, culture politique autoritaire, Angola

## Introdução

Angola completará 50 anos de independência do jugo colonial português a 11 de Novembro de 2025, próximo ano. De acordo com Nelson Pestana “a situação política de Angola foi durante anos a fio caracterizada pela bipolarização entre o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a guerrilha da União para a Independência Total de Angola (UNITA) (anteriormente a estas duas organizações juntava-se o terceiro signatário de Alvor: a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA). Os modos de produção do político passavam assim, exclusiva e invariavelmente, por estes dois elementos da equação política nacional, quer em conjunto, quer em separado. Protagonistas de uma guerra civil de raízes históricas bem determinadas na rivalidade das elites dirigentes do movimento nacionalista, acentuada pela dinâmica da guerra fria, estes dois poderes autoritários de tendência totalitária, constituíram-se em negação recíproca um do outro e, em separado ou em conjunto, na negação da própria sociedade angolana afectada pelas suas políticas de exclusão e de impedimento da construção do espaço público” (2003:1). As quase cinco décadas de independência de Angola significaram uma trajectória de guerra civil, processos de transição política de partido único para o multipartidarismo, negociações de paz, eleições gerais, retorno à guerra e vitória militar do Governo encabeçado pelo MPLA contra o último reduto militar da UNITA (Messinat 2006; Chabal 2006; Vidal 2006; Pearce 2017).

Toda essa trajetória política foi, em grande medida, mantida e controlada durante 38 anos de governação de José Eduardo dos Santos. A despeito das alterações constitucionais e da sucessão presidencial ocorrida em 2017, o regime angolano, com a presidência de João Lourenço, mantém-se autoritário e repressivo.

Este artigo examina as manifestações de protesto entendidas como marchas, vigílias, concentração em locais públicos através de entoação de slogans, cânticos, barreiras, petições públicas e uso de cartazes, levadas a cabo por grupos de jovens, como resultado do alargamento observado na esfera pública angolana (Pestana 2003; Abreu 2008a, 2008b; Chabal 2008). O foco, no presente artigo, são as duas manifestações de protestos ocorridas em Luanda, os movimentos “#Vais gostar”, “#Propinas não” e “#Votou sentou”.

O artigo argumenta que a manifestação falhada do dia 7 de Março de 2011 levada a cabo pelo grupo de jovens com o slogan “32 anos é muito!” e a atmosfera que se seguiu à prisão dos 15+2 desencadearam uma vaga de manifestações de rua e agitação social, minando a autoridade do presidente José Eduardo dos Santos a ponto de forçá-lo a retirar-se do poder. Estes eventos expuseram, contudo, o nervosismo e as fragilidades do regime autoritário angolano.

Animados por esses dois eventos e pela história dos anos 90, os movimentos juvenis têm demonstrado maturidade na realização de cada nova manifestação. Inspirados pela *Primavera Árabe* (Honwana 2012), os jovens estão conectados com as redes de contestações em outras partes do mundo, como #RhodesMustFall (Nyamnjoh 2016) e #FeesMustFall (Gastrow 2022a) na África do Sul e #EndSARS na Nigéria (Afolyan & Yékué 2022). Conscientes dos seus direitos de cidadania, limites de actuação, estratégias de lutas sociais, os movimentos juvenis relacionam reivindicações de âmbito local e nacionais e protestos fora das fronteiras nacionais. As redes sociais e a facilidade com que têm de estar conectados com o mundo virtual constituem factores impulsionadores.

O artigo combina uma variedade de ferramentas metodológicas para a recolha das informações durante o período de 2022 a 2023, tendo como fim capturar as dinâmicas de *baixo*, através de entrevistas realizadas com alguns dos protagonistas das manifestações de rua, análise de vídeos divulgados nas plataformas *Youtube* e *Facebook*, assim como o cruzamento de recortes de imprensa. Os jovens activistas estão agrupados nos seguintes: Plataforma de Intervenção do Kilamba Kiaxi (PIKK), Projecto Mudar Viana, Mizangala, Resistência malanjina, 3ª Divisão, além de diálogos informais com activistas Pedrowski, Laurinda Gouveia e Adilson Manuel. O propósito da pesquisa

com esses grupos foi tentar dar resposta à principal questão: quem são os actores dos movimentos sociais juvenis em cena, e quais são as suas formas de organização e acções mais expressivas?

### **Revisitando a literatura sobre ‘os movimentos sociais’**

A literatura sobre os movimentos sociais é densa e diversa. A sociologia dos movimentos sociais desenvolvida nos anos de 1960 (Tourane 1977), no seio das lutas operárias no contexto europeu, passou a designar as acções colectivas como novos movimentos sociais nos anos de 1970, associados à emergência da era dos meios de comunicação de massas e das contraculturas juvenis. Os eventos ocorridos em Maio’1968 são apontados, em certa medida, como catalisadores da mudança de paradigma com proporções internacionais e por ter precipitado o surgimento, tanto de movimentos de tendências pacifistas como violentas (Gohn 2012). No entanto, a sociologia dos movimentos sociais sugere que estes tipos de movimentos representam uma fase de transição entre o movimento operário de outrora e os movimentos globais de hoje. Segundo Maria da Glória Gohn, na década de 1990, os movimentos alter ou antiglobalização irromperam no cenário internacional, especialmente após os eventos em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Eles demarcaram territórios e tempos específicos para as suas acções – os locais de grandes reuniões de cúpulas (2012:13). Actualmente, os movimentos sociais globais – a exemplo dos *Occupy Wall Street*, *Indignados* e a *Primavera Árabe* – são marcados por novas lutas e gramáticas de resistência, por diferentes espaços de participação e por novas formas de organização protagonizada por uma geração juvenil globalizada e conectada, que deslocaram as pautas das esferas de classe social, igualdade e economia para o espaço da identidade, diferença e cultura (Castells 2013).

No caso vertente de África, a questão central talvez seja a sua dimensão, ou magnitude e o tipo de agenda que eles defendem ou reivindicam. Segundo Mamdani, Mkandawire e Wamba-dia-Wamba, desde meados dos anos 90 que a questão dos movimentos sociais em África, se tornou num assunto estrutural para a compreensão das dinâmicas em curso no interior dos países do continente. Estes autores situam a discussão dos movimentos sociais em África, partindo do pressuposto segundo o qual as lutas sociais desencadeadas no espaço da sociedade civil eram fundamentais e assinalavam as mutações operadas no continente. A década de 1990, constituiu-se, por essa razão, no período crucial para o surgimento dos grupos que deram/dão suporte aos movimentos sociais para a democratização dos países africanos.

Mas, há uma tensão notória na compreensão do conceito de movimentos sociais em África. Antje Daniel e Dieter Neubert (2019) fazem uma descrição fundamental quanto aos contextos sociais através dos quais, quer o conceito de *sociedade civil*, quer o de *movimento social* são tratados pela literatura das ciências sociais. A partir de um olhar crítico, os actores demonstram que as abordagens que tentam clonar os dois conceitos aplicados ao contexto africano são insuficientes. Obscurecem mais do que servem para lançar luz sobre a compreensão das mutações nos países africanos. Para além da análise crítica e historiográfica dos conceitos de *sociedade civil* e de *movimento social*, Daniel e Neubert reconhecem que a combinação de ambos tem sido, na maior parte dos casos, mais relevante, na prática.

A despeito da força normativa dos dois conceitos, para eles, o interesse pelos movimentos sociais, em África, começa com a análise do colonialismo. Primeiro, durante a luta anticolonial dos anos 40 e 60 e depois, na fase da chamada democratização do continente, nos anos de 1980 e 1990. Para eles, os movimentos sociais, em África, são os protagonistas das acções colectivas no espaço da designada sociedade civil. Vezes sem conta, no continente, as organizações não-governamentais e associações cívicas ocupam o lugar do que se compreende como movimentos sociais. Eles concluem que, em África, se podem encontrar *sociedade civil* e *movimentos sociais*, embora nem sempre com as mesmas características de contextos extra continente. Mas, o mais interessante para eles são ‘os casos em que esses conceitos não se aplicam ou em que os fenómenos que encontram em África são casos limítrofes’ (2019). E concluem, afirmando que ‘a variedade de formas de auto-organização e protesto é maior do que esperávamos, com base na experiência do Norte-Global’ (ibid).

Alcinda Honwana, em resultado de pesquisas em Moçambique, África do Sul, Senegal e Tunísia, considera que, no plano global ‘a onda de movimentos sociais de protestos protagonizados por jovens nos últimos anos enquadra-se no contexto de luta desta geração pela sua emancipação económica, social e política’ (2014).

Luca Bussotti e Remo Mutzenburg (2016) sugerem que os movimentos sociais em África, não sendo novos, assumiram, nos finais das décadas de 2000, uma configuração diferente, se comparada com as agitações e manifestações ocorridas no início do século XXI. Os dois autores enfatizam o papel das redes sociais como forma a partir do qual os jovens, nos centros urbanos do continente africano, expressam os seus anseios e aspirações.

O presente artigo opera com a noção de movimentos sociais juvenis a partir da leitura desses autores. A noção de juventude é aqui entendida como ‘uma categoria socialmente construída, baseada em expectativas

sociais e responsabilidades do indivíduo' (Honwana 2014). Quer isso significar que a noção de juventude/jovens não é tanto um grupo etário, mas uma vasta camada social à qual, muitas vezes, vão juntar-se outros grupos considerados acima da fase de transição entre adolescência e a idade adulta, propriamente dita.

Jean e John Comaroff, discorrendo sobre a história da juventude, sugerem que 'juventude – longe de constituir uma categoria universal – é um *status* social gerado pelo princípio sociológico abstracto da geração – [...] são os descendentes históricos da modernidade' (2005). Para estes autores, 'juventude representa muitas coisas ao mesmo tempo: pelos terrores do presente, pelos erros do passado, pelas perspectivas de um futuro' (ibid). Ou seja, 'juventude são sempre apenas uma fração daqueles que ainda não são adultos: essa fração cuja agência anômala se afirma em honra ou violação da ordem comunitária. Muitas vezes eles são os cidadãos mutantes da nação moderna, fornecedores de suas violentas parte de baixo' (ibid). E eles continuam sugerindo que 'isso não significa que a juventude forma uma categoria homogênea e sociológica de pessoas que pensa, organiza e age de maneira coerente, mas o mesmo pode ser dito da política da classe trabalhadora. A juventude, como classe trabalhadora, é uma categoria politicamente construída' (ibid). Jean e John Comaroff defendem também que 'o ativismo juvenil foi um precursor de novos tipos de movimentos sociais, movimentos nascidos da reformulação criativa de meios locais e fins à luz de identidades globais, orientadas pela mídia, ideologias e vocabulários' (ibid).

Enquanto essa categoria social, 'os jovens constituem a maioria da população africana e estão no centro das interações e transformações sociais observadas no continente africano' (Honwana & De Boeck 2005).

De acordo com Alcinda Honwana, no seu livro intitulado *The Times of Youth*, a noção de 'juventude é comumente definida como o período entre a infância e a idade adulta, levando em conta tanto a idade cronológica quanto o processo biológico de maturação' (2012). Para ela, 'as categorias de idade não são naturais; elas constituem sistemas culturais com conjuntos específicos de significados e valores. As categorias de idade estão inseridas em relacionamentos pessoais, estruturais e institucionais, práticas sociais, políticas, leis e políticas públicas' (ibid: 11). Honwana sugere que 'a relação entre posição social e idade não é apenas complexa, mas também contestada, porque as divisões de idade envolvem relações de poder' (ibid). Por isso, 'a juventude é também um período de crescimento, de busca de significados e de pertencimento; um estágio de formação de carácter, interesses e objetivos; um processo de construção e reconfiguração de identidades; um período criativo com riscos e possibilidades' (ibid).

Elizabeth Vera Cruz, referindo-se à juventude angolana considera que, ‘os jovens de hoje são filhos e netos dos jovens de 1975. Os jovens de hoje serão um reflexo das mudanças ocorridas, dos novos tempos. Nem melhores e nem piores, que os de ontem’ (2021:241). Ela considera que ‘a juventude tem, sobre os ombros, o ónus da mudança. A característica da juventude está associada aos tempos, ritmos, mudanças e inovações no mundo. Os jovens de Angola vêm fazendo a sua trajetória. Ao longo de cerca de 30 anos (1975-2002), uma parte significativa dos jovens angolanos teve o futuro hipotecado na guerra. O estertor da guerra em 2002 abre novos horizontes, possibilidades e expectativas (ibid: 242). Vera Cruz e Cristina Rodrigues (2010) convergem quanto ao facto de que as experiências e vivências da juventude angolana tenham sido moldadas pelo conflito armado e por novas esperanças.

Entendemos ‘movimentos juvenis’ como sendo uma acção colectiva que é mantida e organizada por um aglomerado de indivíduos, de diferentes faixas etárias e provenientes de camadas sociais diferenciadas, com vista a reivindicações, normalmente, de carácter político e cívico, para a mudança de determinada situação social.

No caso vertente de Angola, o nosso entendimento é de que as acções colectivas levadas a cabo por grupos de indivíduos que a literatura identifica como sendo *movimentos sociais* é uma combinação arrojada, entre organizações não-governamentais, associações cívicas, políticas e actores individuais. Não há uma clareza no desenho de perfil e caracterização, nem dos grupos nem dos indivíduos a eles pertencentes. As acções de protestos realizadas em Angola serão descritas mais abaixo, como o resultado dessa combinação de esforços e de vontades múltiplas. É muito difícil mensurar e afirmar, sem reservas, que os *movimentos sociais* e a *sociedade civil* manifestam características, tais como, aquelas descritas na literatura da sociologia e da ciência política.

As manifestações de rua em Luanda derivam da acção colectiva mais alargada dos actores da designada *sociedade civil*, mais precisamente das acções de associações cívicas formalmente/legalmente constituídas e não só, que surgiram, nitidamente, no decurso da primeira metade da década de 1990. Assinala-se, neste início da década, o surgimento da Associação Cívica de Angola (ACA) (Pestana 2012), uma das pioneiras na esfera pública angolana, a despeito de muitas outras associações anteriores, com maior ou menor visibilidade social (Comerford 2005).

Optamos, pois, pelo uso das noções de ‘movimentos juvenis’ e de ‘protestos de rua’ como uma maneira de problematizar essa dificuldade de adequar a análise do contexto angolano aos pressupostos daquilo que a

literatura reserva para os ‘movimentos sociais’ e para a *sociedade civil*. A noção de protesto de rua, usada no artigo, é baseada na visão de ‘esfera política’ de Mamadou Diouf (2003), combinada com a perspectiva de ‘movimentos em rede’, de Manuel Castells (2017).

### **A acção de pressão política na esfera pública angolana**

No seu ensaio sobre ‘as dinâmicas da sociedade civil angolana’ Nelson Pestana (2003) traça um mapa preliminar e situa o movimento associativo e cívico angolano no campo sociocultural do final do período de partido único.

Consideramos, pois, quatro pressupostos que permitem explicar as acções de mobilização colectiva nas ruas de Luanda: a) acção desempenhada pelas associações cívicas, o exemplo da ACA e da Associação dos Estudantes Universitários da Universidade Agostinho Neto, SOS-Habitat e Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), no período de maior fechamento político e de intensas desconfianças por causa da guerra civil; b) acções de intervenção no espaço mediático privado angolano, sobretudo levado a cabo pela imprensa escrita (textos de opinião e materiais jornalísticos de impacto político imediato) e radiofónica (programas de debate da Rádio Eclésia, Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) e outras aos fins de semana e entrevistas polémicas); c) a intervenção intensa de actores políticos mais jovens corporizada pelo PADEPA (Comerford 2005), que levou a cabo movimentações da juventude da periferia de Luanda; d) acções cívicas e culturais levadas a cabo pelo movimento hip-hop, ancoradas na música *rap de intervenção social*, embora se devesse também reconhecer, pela ampla divulgação, as acções da vertente do designado *rap comercial* e dos programas radiofónicos deste estilo musical (Lázaro & Silva 2016; Marcon 2020), assim como os espectáculos socioculturais, com destaque para o Kuduro, realizados por esses segmentos juvenis, entre o centro da cidade de Luanda (no espaço recreativo da Banca) e da periferia e) o fim do conflito armado em 2002 (Tomás e Marcon 2012) e as expectativas de maior abertura do espaço social e económico e, ao mesmo tempo, que se consolidava o poder autoritário, (Schubert 2010), consolidavam-se também pequenos passos de intervenção e de autonomia dos actores sociais contra a ‘cultura do medo’.

Tais factores, acima mencionados, desempenharam um papel crucial para a mobilização da camada jovem de Luanda e não só, mas também para a tomada de consciência cívica sobre a sua própria condição social face aos cenários que o país vivenciava. Em linhas gerais, no entanto, a guerra civil que assolou o país por longos anos foi um factor inibidor dessa mobilização



social, de tal forma que o início dos anos de 2000 representou, para os jovens, ocasião de extraordinária viragem. É neste contexto que se desencadearam acções de mobilização de segmentos juvenis da periferia de Luanda, pelo movimento cultural hip-hop (Lázaro & Silva 2016) e também acções de mobilização política levadas a cabo pelo Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola, (PADEPA) fundado em finais de 1995.

Este partido do espectro político angolano, no início dos anos 2000, realizou um conjunto de manifestações que movimentaram, pelo menos, a cidade capital e a sua periferia, onde eles se encontravam alojados e onde também dispunham de uma força mobilizadora, sobretudo nos municípios do Cazenga e do Rangel. Destas manifestações podemos destacar as seguintes: a) a manifestação contra a corrupção no país, de Junho de 2003, no largo do 1º de Maio, que culminou com a detenção violenta do seu presidente Carlos Leitão e de mais cinco membros, mesmo depois de tudo formalizado junto das autoridades de Luanda. Os detidos foram postos em liberdade uma semana depois por intermédio de um pedido de *habeas corpus* interposto em tribunal, não sem antes uma troca de acusações entre eles e as autoridades, através das ondas da Estação da Rádio Nacional de Angola (RNA). b) A manifestação de 3 de Outubro de 2003, que juntou mais de mil pessoas, entre membros de partidos políticos e da sociedade civil. c) A manifestação de 2 de Março de 2004, em que membros do PADEPA protestavam, junto da embaixada dos EUA, em Luanda, contra a corrupção do governo de Angola e esperavam a tomada de posição das entidades diplomáticas daquele país. O protesto foi considerado um êxito, mesmo depois da presença das forças da Polícia de Intervenção Rápida (os famosos Ninjas). E no dia 17 do mesmo mês e ano, cerca de cinquenta membros do PADEPA foram impedidos, pela polícia, de protestar publicamente contra a corrupção no largo do 1º de Maio, monumento histórico situado no centro de Luanda, numa das avenidas de maior mobilidade urbana.

A última manifestação realizada pelo Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola (PADEPA) foi a de 14 de Novembro de 2006, dois anos depois de se ter iniciado a discussão pública sobre uma nova constituição da República e previam-se eleições separadas, legislativas, em 2008, e presidenciais, em 2009. Os manifestantes foram uma vez mais impedidos, junto da embaixada de França, em Luanda, de exercerem o direito constitucional pela Polícia de Intervenção Rápida (PIR) chamada para o efeito. A polícia deteve um número considerável de pessoas, dos quais 27 eram membros do PADEPA, levados a julgamento sob acusação de desobediência civil (Cordeiro 2006).

## Os protestos nas ruas, contestações nas redes sociais

Na secção anterior do artigo abordamos a pressão política para o alargamento da esfera pública em Angola, com particular destaque para as acções do partido PADEPA na mobilização de jovens, em dois municípios da periferia de Luanda.

As abordagens sobre as manifestações de protestos em Angola são várias e indicam várias pistas e trajectórias. Situam-se, boa parte delas, ao nível da compreensão das motivações e da descrição ou caracterização dos seus actores principais. Desde os anos 90, com Michael Comerford (2005), que faz um mapeamento das organizações da sociedade civil, a autora Juliana Lima (2013) tenta medir o impacto da *Primavera Árabe* em Angola e a caracterização dos activistas pertencentes ao *processo dos 15+2*. Coque Mukuta e Cláudio Fortuna (2012) descrevem os meandros da manifestação de 7 de Março de 2011 através do contacto directo com os seus actores e o meio envolvente. Claudia Gastrow (2022b) analisa o contexto e as influências da Primavera Árabe em Luanda e o impacto nos grupos de jovens, no contexto de viragem política. Ruy Blanes (2021) procura ver a dimensão sacrificial e o optimismo das transformações do espaço político movido pelo intitulado *Movimento Revolucionário de Angola*, e, no texto seguinte, Blanes e Samussuku (2022) analisam a dimensão daquilo a que chamaram de *Afro-autarquia*, ou seja, o movimento de jovens pela implementação das autarquias locais em Angola, com particular ênfase para a região norte de Luanda. Paulo Faria, Cláudia Almeida e Lúcia de Sá (2022) analisam os protestos em Angola no contexto da sucessão presidencial, no interior do partido do governo MPLA e na presidência da República. Numa espécie de amostragem dos períodos de Dos Santos e João Lourenço, na gestão do poder político e como este poder se relaciona com as pressões juvenis saídas das ruas. Cada autor, ao seu modo, tenta explicitar o contexto das manifestações em Angola e os seus actores. Este artigo tem como contribuição assinalar a literatura específica sobre os movimentos sociais no continente africano, as acções colectivas de mobilização civil nos últimos três anos, levadas a cabo pelos movimentos de jovens, pela sua relevância e potencial de transformação social.

Nesta secção pretendemos dar conta de uma outra vertente do espaço de intervenção dos grupos de jovens contestatários. Este, é a concretização do alargamento da esfera pública com o surgimento das redes sociais, com maior destaque para o *Facebook*, enquanto recurso de comunicação relativamente mais económico e popular nos centros urbanos (Tsandzana 2020). De facto, as acções de contestação exercidas pelos movimentos de jovens angolanos estão intimamente relacionadas com as redes sociais, enquanto canal de mobilização e divulgação desses actos. As redes sociais são o elo de ligação

entre os jovens manifestantes e o público mais geral, a sociedade. E é a partir das redes sociais que esta acção se torna visível, ainda que, em alguns casos, se tente igualmente ignorá-las.

As redes sociais, enquanto campo de mobilização dos jovens, caracterizam-se através de perfis dos principais protagonistas dos protestos, publicação de mensagens, cartazes, debates acesos sobre temas políticos nesses espaços, marcação de acções colectivas; partilha de vídeos e de imagens sobre as acções levadas a cabo pelos jovens. As redes sociais, com destaque para o *Facebook* e também o *Youtube*, são espaços para a recolha de informações e canais de obtenção de conteúdos vários. Isso significa que alguns desses jovens encontram e usam as redes sociais para o exercício de uma espécie de *activismo digital* (Pleyers 2013; Tsandzana 2020) e como canais de informação sobre o país e sobre o que outros jovens pensam do país e da situação política.

As redes sociais em Angola, tornaram-se num espaço alternativo à mídia pública e tradicional (Jornal de Angola, Rádio Nacional, Televisão Pública de Angola e Agência de Notícias) para a troca de ideias, o debate de assuntos públicos, a divulgação de conteúdos dos mais variados e possíveis, e também de debates sobre temas, dos mais relevantes aos mais estéreis. Elas também servem de canal de pressão sobre os poderes públicos, ainda que esses tentem rotulá-las da pior forma e ignorar o seu papel social. As redes sociais são um meio, um canal e escape perante a pressão da vida quotidiana no país, onde se expressam assuntos públicos e colectivos, privados, de lazer e lúdicos, e até as fantasias e utopias individuais. São o palco de acções individuais e colectivas de relevância social.

Neste contexto, importa recuperar a noção de ‘sociedade de rede’ de Manuel Castells, que nos permite dar conta da dinâmica de interacção que é resultado do facto de toda a mobilização para causas sociais ser levada a cabo através das redes sociais. E as acções dos jovens angolanos nos vários centros urbanos do país obedecem mais ou menos ao seu itinerário. Castells (2017) apresenta dois principais factores que caracterizam os ‘novos’ movimentos sociais: o primeiro é uma crise fundamental de legitimidade do sistema político, a despeito da forma de regime político, seja ele autoritário ou baseado em eleições democráticas. O segundo, comum ao contexto em que todos esses movimentos se formam, é a sua capacidade de comunicação autónoma, a habilidade para se conectar com os seus participantes e a sociedade como um todo pela nova mídia social, por intermédio de *smartphones* e de toda a galáxia das redes de comunicação. Castells adverte que ‘esse novo sistema de comunicação não é apenas a internet, mas as redes sociais digitais nela baseadas e a comunicação sem fio’ (ibid), que eclodiram na última década.

Este autor assegura que as redes sociais não criam os movimentos sociais, pois, para ele 'elas são ferramentas à disposição de qualquer indivíduo ou rede de indivíduos auto constituída, que deseja ter suas opiniões divulgadas e convocar os que compartilham sua indignação para se juntar num projeto no espaço urbano'.

A internet, em Angola, é acessada sobretudo para uso nas redes sociais. Poucas são as instituições do Estado e privadas que usam com regularidade a internet para as actividades do dia-dia. Os usuários com acesso à internet são, na sua maioria, jovens, cujo único contacto é com as redes sociais. Alcinda Honwana (2013) fala sobre o papel desempenhado pelas redes sociais durante as manifestações de rua e ciberactivismo registado na Tunísia e em Moçambique (2014).

O impacto das redes sociais utilizadas por jovens urbanos em países como Angola e Moçambique (Tsandzana 2018) decorre das 'deficiências da mídia [estatal][...] em relação à divulgação de protestos de cidadãos ou greves de trabalhadores. Os protestos são frequentemente sensacionalizados (ou, às vezes, simplesmente ignorados). E [...] se a acção for noticiada, há uma tendência de relatar cenas de violência ou retratar os envolvidos como causadores de transtornos ao público. Quando há violência, frequentemente são os manifestantes que são condenados: a possibilidade de que a violência possa ter sido provocada por reacções exageradas da polícia ou pela decisão do Estado de empregar mecanismos repressivos de mão pesada raramente recebe muita credibilidade. O resultado é uma caricatura que criminaliza os manifestantes aos olhos do público' (Manji 2013).

### **As manifestações de protestos de 11 de Novembro e 10 de Dezembro de 2020**

As manifestações, em Angola, que ganharam visibilidade no espaço público foram todas convocadas tendo como recurso de comunicação, entre os manifestantes e o público geral, as redes sociais. Daremos destaque apenas a três delas, a manifestação do dia 7 de Março de 2011, a primeira que mobilizou um número significativo de pessoas e mereceu atenção generalizada. E a manifestação do dia 11 de Novembro de 2020, que culminou com a repressão da polícia contra os jovens e com a morte, por disparo, de um dos manifestantes. E, por último, a manifestação do dia 10 de Dezembro de 2020, que terminou com a ocupação do largo do 1º de Maio e que levou os jovens a escalarem a estátua de Agostinho Neto. Esta última provocou a ira da polícia nacional, do governo de Luanda e do *bureau* político do MPLA, com a divulgação, pela estação de televisão, de um comunicado irado e condenatório, pedindo responsabilização civil e

criminal dos jovens activistas que ousaram desafiar as autoridades e profanar a estátua daquele que é dito como o fundador da Nação. Aliás, a inscrição gravada na estrutura de betão e mármore que sustenta a estátua de bronze assim o anuncia '*Dr. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO FUNDADOR DA NAÇÃO ANGOLANA, 1922-1979*'.

Descrevemos também três outros eventos que configuram aquilo que podemos designar como aliança estratégica ou tática dos actores civis e partidos políticos com impacto relevante na esfera pública angolana, como resultado da insistência na realização de manifestações de protestos de rua, mudança de formas de actuação e de luta e domínio cada vez mais consolidado do ordenamento jurídico e da Constituição da República angolana.

Não obstante o ciberespaço ser o meio a partir do qual os jovens angolanos mobilizam outros grupos para adesão às manifestações de rua, nas principais cidades do país (Luanda, Lobito e Benguela, Lubango e Malanje, assim como Luena, Uíge e N'Dalatando), a ênfase que se pretende dar, tem a ver com outras iniciativas de protestos mais expressivos, que tiveram origem nas redes sociais entre grupos de adolescentes e de jovens adultos, com idades que variam entre os 18 e os 35 anos. Trata-se de três iniciativas temáticas que, à primeira vista, parecem não ter qualquer conexão e apresentam a particularidade de terem sido entendidas como aparentemente efémeras.

No dia 11 de Novembro de 2020, altura em que, em Angola, se celebrava o quadragésimo quinto aniversário da independência nacional, os jovens em Luanda realizaram uma manifestação – organizada por Mwana Ngola, Nito Alves, Dito Dali, Hitler Samussuku, José Gomes Hata e outros activistas cívicos e políticos – contra o elevado custo de vida. O clima de véspera era de tensão e de nervosismo por parte das autoridades. 'O governo exibiu [...] um extraordinário aparato de repressão policial, na capital do país, para travar a manifestação. Isolou diversas áreas da capital, incluindo [cidade do] Kilamba, impediu a circulação de táxis e de cidadãos em vários pontos da cidade. Do outro lado, encontrava-se um grupo de manifestantes que, na melhor das hipóteses, conseguiria juntar umas centenas de cidadãos. Respaldados pelo direito constitucional de protestarem e por uma grande teimosia, tentaram afrontar o poderio de violência institucional' (Morais 2020).

A manifestação iniciou a partir das 11 horas da manhã e quando os jovens, vindo de várias partes da cidade, se deslocaram para menos de 100 metros do ponto de concentração, foram violentamente fustigados pela polícia nacional que, tendo sitiado a cidade capital, usou gás lacrimogéneo e fez detenções arbitrárias, partindo para cima dos manifestantes com agressões e disparos para dispersá-los, atingindo mortalmente o jovem Inocêncio de Matos, que

participava pela primeira vez. A morte deste jovem, estudante do terceiro ano do curso de engenharia informática da Universidade Agostinho Neto, provocou um certo debate nas redes sociais e uma onda de comoção pública. Os jovens manifestantes foram violentamente impedidos pelos cordões de segurança da Polícia de Intervenção Rápida (polícia antimotins) de chegar ao largo do 1º de Maio, mais conhecido como o largo da Independência Nacional, que alberga a estátua de Agostinho Neto. A manifestação foi frustrada, mas simbólica devido à escolha da data, e com repercussão, pelo facto de ter vitimado o jovem Inocêncio de Matos, morto por uma bala disparada pela polícia nacional.

A morte de Inocêncio de Matos gerou também uma luta de narrativas sobre a circunstância em que a mesma havia ocorrido, entre a polícia e os manifestantes que estiveram no local e a família do malogrado, que pediu uma segunda autópsia para apurar as causas reais do passamento físico do seu ente querido. Envolto em polémica, o corpo da vítima só foi entregue à família, para o funeral, duas semanas depois de muita pressão pública protagonizada pelos organizadores da manifestação e advogados, que se solidarizaram com a causa. O pai da vítima, inconformado com a circunstância da morte do filho e na esperança remota de obter alguma informação das autoridades de justiça, passou semanas sucessivas à frente da entrada principal do Tribunal Supremo. Nada digno de relevo se registou, vindo das autoridades públicas: Polícia Nacional e a Procuradoria-Geral da República.

No dia 10 de Dezembro de 2020 em que o MPLA – partido no poder – celebrava o sexagésimo quarto ano de fundação, o grupo de jovens de Luanda, constituído por membros da Sociedade Civil Contestatária (SCC), Joaquim Moniz, Pedro Lourenço Francisco, Paulo António de Melo, Manuel Baiata Pedro, Pedrowski, Mybro Viegas e muitos outros anónimos, realizou uma segunda manifestação de protesto contra o elevado custo de vida, o desemprego e a favor da implementação das autarquias locais. A referida manifestação foi realizada com êxito, tendo a polícia sido elogiada pelos manifestantes pela atitude republicana com que exerceu o seu papel de segurança e de protecção. A manifestação teve início no cemitério do Sant’Ana e encerramento no largo da independência. Os manifestantes, para a surpresa de todos, aproveitaram a oportunidade para escalar a estátua de Agostinho Neto, monumento histórico e símbolo da independência nacional. Tal acto dos manifestantes foi duramente repudiado pelo governo da província de Luanda, pelo comandante-geral da polícia nacional e pelo *bureau* político do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder, em Angola, desde 1975. Num comunicado com o conteúdo ácido lido durante o noticiário, em horário nobre da

estação de televisão pública de Angola (TPA), o MPLA qualificou o acto dos manifestantes como sendo de vandalismo e desrespeito à memória de Agostinho Neto e pediu para que os seus actores fossem responsabilizados, civil e criminalmente, pelos órgãos de justiça.

‘O alargamento expressivo dos espaços de liberdade de expressão, de opinião e de manifestação política promovido pelo Executivo liderado pelo Camarada Presidente João Lourenço não pode servir para acobertar atos que desrespeitam os símbolos nacionais e põem em causa a estabilidade política e a reconciliação entre os angolanos [...] O Bureau Político do Comité Central do MPLA alerta os organizadores e instigadores desse tipo de atitudes e comportamentos antissociais para as consequências dos seus atos nos marcos consagrados na Constituição e na lei. [...] O MPLA insta as autoridades a tomarem as devidas medidas no sentido da responsabilização criminal dos autores dos atos vexatórios à figura do Herói Nacional, exortando a juventude angolana a não se deixar instrumentalizar pelos inimigos da paz, da reconciliação e da unidade nacional’ (Bureau Político do MPLA 2020).

Ouviu-se um pouco de tudo. Por um lado, vozes que reprovaram a atitude dos manifestantes, considerando que o acto era reprovável pelo facto de se tratar de um monumento histórico importante para o país. Por outro, ouviu-se dos próprios manifestantes, o grito de triunfalismo pelo facto de terem atingido parte do seu objectivo.

Havia nesta intenção vários significados políticos. O primeiro era o protesto contra a representação simbólica da estátua. O segundo, os jovens, com esse acto, contestavam a própria narrativa oficial que tem sido veiculada desde a independência nacional, um lugar de memória em tensão permanente. O terceiro, os jovens, apesar da contestação e da intenção manifestada de derrubar a estátua, reconheciam que o lugar era um sítio de memória e principal palco de disputa política e de representação pública. É um dos poucos lugares públicos onde é permitida a realização de manifestações públicas, sejam de protestos, sejam de apoio ao governo ou de jubilação de qualquer acto celebrativo.

O repúdio moral e o pedido para a responsabilização civil e criminal dos jovens que escalaram a estátua de Agostinho Neto, considerado um acto moralmente reprovável, mas também passível de prisão. A voz da contestação e da reprovação da atitude dos manifestantes partiu da própria polícia nacional, que considerou que os manifestantes, com o acto de escalar a estátua, ‘atentaram contra a figura do primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto’ (Telejornal da TPA 2020). A televisão pública de Angola dedicou muito mais tempo de antena a recolher opiniões de reprovação da manifestação, do que a conferir espaços de auscultações aos manifestantes



e a ouvir os propósitos da própria manifestação, num eloquente sinal de alinhamento tácito com os segmentos que protestavam contra os jovens contestatários. A reacção imediata da militância do MPLA e das autoridades policiais foi a de tornar o largo do 1º de Maio inacessível às manifestações de protesto. Este facto foi verificado com maior regularidade durante os finais de 2021 e o primeiro trimestre de 2022. O MPLA organizou actividades no largo durante quase dois meses, no âmbito da campanha eleitoral de 2022, para impedir que movimentos de jovens activistas e partidos políticos na oposição pudessem ter acesso ao largo. Algumas vezes era o próprio partido no poder a ocupar o largo com militantes e bandeiras, outras vezes o largo era cedido para actividades de associações religiosas ligadas ao partido, enquanto grupos de mobilização de massas.

### **#Vais gostar**

A primeira iniciativa propriamente dita designada por hashtag *#vais gostar*, foi o protesto de jovens em relação à atitude política do Presidente da República, João Lourenço, face ao incumprimento das promessas eleitorais e ao autoritarismo. Os jovens angolanos encontraram uma forma de canalizar as suas frustrações contra a situação política e, sobretudo, a forma como a presidência do país geria a coisa pública, assim como a atitude dele face aos próprios jovens. Na verdade, o movimento '*JLo 2022 vais gostar*' surgiu na esfera pública angolana, em meados de 2020, com a ' projecção nacional e internacional do poema *#2022 vão gostar* da *slammer* e activista Joice Zau, que faz crítica ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o partido no poder, e convoca a população a votar diferente nas eleições' (Peregrino 2022: 236) gerais marcadas para aquele ano.

Do poema de Joice Zau configurou-se, na esfera pública angolana, mais concretamente, 'nas redes sociais virtuais, um movimento que usa essas expressões das avós, mas com direcção e sentido bem diferente ao que nos habituamos, dessa vez com fortes conotações políticas, em que o visado é o Presidente da República, João Lourenço (JLo), e as próximas eleições previstas para 2022'. '*JLo, em 2022 vais rir!* e *JLo, em 2022 vais gostar!*'. São apenas duas das frases mais usadas nos memes e dicas que alertam para os possíveis resultados eleitorais que podem não ser bons para o partido no poder e para o seu candidato, por causa das escolhas que os eleitores poderão fazer por altura do voto' (Renato 2020).

A partir das redes sociais, o movimento '*JLo, em 2022 vais gostar*' ganhou vida própria, ao ponto de músicos de vários estilos, mas sobretudo dois artistas do estilo musical Kuduro, terem gravado uma música com o título '*JLo, em 2022 vais gostar*'.



Ocorre que o movimento denominado ‘*JLo, em 2022 vais gostar*’ teve uma adesão jamais vista na esfera pública angolana, no Facebook, com milhares de internautas inscritos e uma multiplicidade de páginas. Passou a ser uma forma de expressão do descontentamento popular por tudo e por nada. E o movimento recebeu uma resposta reactiva das hostes políticas do MPLA, o partido que suporta o governo e do qual João Lourenço é Presidente. Os comités do MPLA levaram a cabo campanhas também nas redes sociais, em resposta ao movimento de contestação e tentaram contrapor as críticas a si direccionadas por diferentes grupos de jovens. A militância jovem do MPLA tentou, a contragosto, virar o jogo a seu favor, colocando em destaque o seguinte slogan ‘[...] Presidente JLo, em 2022 vais gostar. O nosso voto é certo... Em 2022, vais rir, vais gostar porque o MPLA vai ganhar!’ (Renato 2020). O facto que é o movimento *#vais gostar* passou a ser uma resposta considerada por muitos segmentos como o chamado para alternância política, sobretudo ao nível da Presidência da República. O debate nas redes sociais esteve virado para uma certa polarização entre a crítica ao Presidente e ao seu governo e os críticos dos críticos, aqueles que consideravam que o movimento não tinha razão de ser nem força para continuar. Exigiram dos críticos propostas concretas e fundamentos das suas reclamações. Ou seja ‘[...] por um lado, há os cidadãos insatisfeitos com a actual governação, por outro, os apoiantes do Presidente João Lourenço dão voto de confiança ao chefe de Estado [...]’ (Luamba 2020).

No entanto, num encontro de auscultação a ‘juventude organizada’ realizada pela Presidência da República, o visado, o Presidente João Lourenço, em resposta à intervenção de Mbanza Hamza, activista do processo dos 15+2, disse nos seguintes termos: ‘vocês inventaram uma expressão *vais ver*, então eu estou à espera’ (Vídeo TPA 2020).

## **#Propinas não**

A segunda iniciativa diz respeito ao movimento de protesto contra a inserção de propinas no ensino superior público angolano designado hashtag *#Propinas não* organizada por Panzo, Adilson Manuel, Arantes Kivuvu, Hitler Samussuku, Timóteo Miranda, entre outros estudantes universitários das Faculdades de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto e do Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (ISCED-Luanda).

O movimento estudantil *#propinas não* surgiu no início do ano de 2019, pouco tempo depois do anúncio público feito pela ministra do ensino superior de Angola, Maria do Rosário Bragança. Nas suas próprias palavras, o MEPN define-se como ‘uma organização de carácter temporal e informal, cujo foco

principal é o Ensino Superior público regular grátis em Angola. É composto por estudantes, professores e ativistas sociais de várias organizações sociais. Estão [incluídos] nesta plataforma membros do Projeto Mudar Viana, do Projeto Mentes Brillhantes, do Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), assim como do Movimento Revolucionário Angolano' (Facebook, Agosto 2019). O MEPN justifica a sua acção com base no seguinte: 'lutamos contra as propinas nas instituições públicas de ensino superior regular em Angola, pelas seguintes razões: defendemos o não pagamento de propinas (mensalidade) porque tanto o financiamento quanto a oferta pública de bens e serviços são custeados por toda a sociedade na forma de impostos directos e indirectos' (Facebook, Setembro 2019). A ministra do ensino superior justificou-se com a seguinte declaração: 'o pagamento de uma taxa de comparticipação pelos estudantes das universidades vai pôr fim à gratuidade no ensino superior, no período regular (manhã e tarde) e deve-se ao facto de o Estado não dispor de condições para continuar a suportar exclusivamente todas as despesas com esse nível de formação' (Cuteta, *Jornal de Angola* 2019).

Para acomodar tal pretensão o ministério do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, em conjunto com o ministério da educação, levaram a cabo a alteração, através do parlamento, da lei 17/16, de 7 de Outubro. Tal acção visou retirar da lei, dentre outras coisas, o princípio da gratuidade e da universalidade da educação e ensino enquanto responsabilidade do Estado angolano e transferi-los para as famílias ou para os próprios estudantes. Era também uma medida que visava acomodar e confortar os interesses empresariais privados que actuam no sector da educação e do ensino superior. O Estado angolano, pelas mãos das duas ministras (Maria do Rosário Bragança e Maria Luísa Alves Grilo) e da assembleia nacional, passava a transferir os custos económicos com a educação e formação de jovens para as famílias angolanas. No dia 17 de Julho de 2019, os jovens do MEPN reuniram-se com a ministra do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, para quem 'a cobrança das propinas é uma forma encontrada para que os alunos e as famílias participem nos seus processos de formação. Isso vai ajudar: a melhorar a qualidade das infraestruturas das Instituições de Ensino Superior públicas; recrutamento de mais professores, criação de lares para apoiar os estudantes com dificuldades e estudantes de outras regiões do país, e para a construção de pavilhões desportivos' (Facebook 2019).

Os jovens do MEPN, organizados nas redes sociais, manifestaram-se indignados contra a postura do ministério de tutela e os seus pares, por causa da inserção de propinas no subsistema de ensino superior, ignorando o agravamento das condições sociais em que vive grande parte da juventude universitária, proveniente de famílias com baixo rendimento económico.

Em face disso, o movimento ganhou força durante um curto período e a voz dos jovens estudantes, apoiados pelo Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), realizaram manifestações de rua reprimidas pela polícia nacional em Luanda. O argumento dos 200 estudantes que se manifestaram exibindo cartazes com os seguintes dizeres ‘os pobres não devem pagar pela má gestão dos recursos públicos do país, não temos dinheiro para pagar as propinas, não fomos nós quem saqueou o país e diga não à elitização do ensino superior’ (Luamba 2019).

Para além de realizarem mobilizações em todo o país e do conjunto de manifestações pacíficas, os organizadores do MEPN procuraram fazer advocacia junto das instituições do Estado e dos partidos políticos com acento parlamentar, tais como a Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), da União para a Independência Total de Angola (UNITA), assim como da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e da própria responsável ministerial do ensino superior. No dia 28 de Agosto de 2019, o movimento estudantil reuniu-se com o grupo parlamentar da CASA-CE, ao passo que, dias depois, com o grupo parlamentar do partido FNLA.

No dia 4 de Setembro de 2019, os jovens universitários foram recebidos pela 6ª comissão da Assembleia Nacional de Angola, na pessoa do seu presidente, com quem procuraram expressar a sua insatisfação com a implementação das propinas no ensino superior público.

No total, os jovens do MEPN realizaram duas manifestações de rua e duas vigílias para exprimirem o seu descontentamento contra a implementação de propinas no ensino superior público, embora os estudantes universitários paguem emolumentos como taxa de inscrição para exame de acesso, taxas para a compra de folhas de exames, taxas de emissão de declarações de nota e sem nota, e taxa de emissão de diplomas, para além das taxas inerentes às provas de fim de curso. Regra geral, os estudantes pagam um conjunto de taxas e para qualquer serviço que a administração das universidades venha a oferecer. A inserção de propinas mensais constitui mais uma forma de onerar o custo de despesas dos estudantes das Universidades, Institutos e Escolas de Ensino Superior públicas.

Alinhadas com a responsável do ministério do ensino superior, nada se registou de relevante vindo dos corpos sociais das universidades públicas em relação à implementação de propinas e de taxas adicionais. Reitores, decanos, administração e associações de estudantes calaram-se perante essa medida. No essencial, o silêncio que se observou dos corpos acima mencionados constitui uma forma de consentimento, a favor da medida do referido ministério. Levando em consideração o modelo de gestão das universidades,

os corpos de direcção das instituições públicas de ensino superior em Angola dependiam de nomeações da titular da pasta ministerial. É por essa razão e outras de âmbito patrimoniais, que o silêncio das reitorias e decanatos, além da falta de solidariedade sentida no que se esperava que viesse a ser a posição contrária das associações universitárias em relação à medida reclamada pelos seus pares estudantis. E mais, num acto público realizado em vésperas da aprovação do referido documento que regula as propinas nas Instituições de Ensino Superior públicas, o então reitor da Universidade Agostinho Neto e os seus auxiliares manifestaram-se favoráveis à medida do órgão de tutela, argumentando que as receitas do sector eram exíguas, face às despesas e necessidades e que as famílias deveriam apoiar o Estado.

O Movimento Estudantil, sobre a temática das propinas, foi vencido pelo tempo, com a aprovação do ‘Regulamento sobre propinas, taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior’, que entrou em vigor através do decreto presidencial nº124/20, de 4 de Maio do mesmo ano, tendo sido alterada, anteriormente, a Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino nº 17/17, de 7 de Outubro. O referido regulamento, entre várias outras taxas, estipula o valor mensal de 1.900 kwanzas de taxa de propina, correspondente ao período diurno ou regular de ensino e legaliza os anteriores 15.000 kwanzas para o período pós-laboral, que há 20 anos vem sendo cobrado, mas sem cobertura legal e oficial. Ou seja, o ministério aproveitou a inserção das propinas no subsistema de ensino superior público, para oficializar uma prática de cobranças que já vinha sendo realizada pela maior parte das universidades e institutos públicos do sector.

### **#Votou sentou**

O terceiro movimento designado hashtag *#votou sentou* teve origem, pelo menos um mês, antes das eleições gerais de 24 de Agosto de 2022 através de pronunciamentos de alguns integrantes do movimento de monitoria eleitoral MUDEI. Pouco tempo depois, essa iniciativa generalizou-se na sociedade, em razão da sua adaptação pelo candidato da UNITA, que encabeçou o movimento político em torno da Frente Patriótica Unida.

As tentativas de João Lourenço de ‘abertura’ política e económica, usando como principal bandeira a luta contra a corrupção, tiveram resultados pouco substanciais durante o seu primeiro mandato. Em vez disso, uma crise económica que o país regista desde o final de 2014 e o agravamento das condições sociais nos anos seguintes para níveis generalizados de precariedade, fizeram com que João Lourenço passasse de popular para impopular. Este movimento de fúria e de descontentamento generalizado tornou-se crescente, sobretudo no período antes e durante a pandemia da

COVID-19 e no primeiro trimestre de 2022. Em certa medida, essa fúria e insatisfação popular contra o partido MPLA e o seu presidente está na base do ambiente que permitiu a formação de uma ampla frente de oposição política (Schubert & Lázaro 2022a).

O fim do *'estado de graça'* conferido pelos partidos na oposição e por sectores da sociedade entusiasmados com João Lourenço, no início do seu primeiro mandato, coincidiu com a mudança da presidência da UNITA, um dos três movimentos históricos de libertação de Angola, que elegeu Adalberto Costa Júnior em Novembro de 2019. Este era chefe do grupo parlamentar, até à sua eleição para a presidência do partido UNITA. Costa Júnior tornou-se um adversário notório do MPLA e das suas opções políticas de combate contra a corrupção, como também passou a ser um alvo prioritário a abater (ibid). Forçado, por isso, a reeleição num processo jurídico de destituição duvidoso e de cunho político, conduzido contra si através do tribunal constitucional.

Adalberto Costa Júnior ganhou popularidade num intervalo curto, articulando posições políticas do seu partido, mostrando abertura para a sociedade civil e disponibilidade para formação de coligação, diferente do seu antecessor, Isaías Samakuva. A popularidade e a reputação de Costa Júnior, junto de sectores da sociedade civil e segmentos da juventude da própria UNITA, permitiram a criação da Frente Patriótica Unida, uma coligação política que inclui segmentos da sociedade civil organizada, - como activistas<sup>1</sup> que se opõem ao MPLA -, a UNITA, o Bloco Democrático e o projecto político Pra-Já servir Angola (ibid). No fundo, Adalberto Costa Júnior e a UNITA perceberam que, no contexto político angolano, não venceriam as eleições caso não se articulassem com outras forças políticas e sectores da sociedade. Ou seja, não venceriam as eleições contando somente com os votos da militância da UNITA. Era necessário caminhar para além da sua base militante e atingir a sociedade, sobretudo os segmentos juvenis das cidades.

O movimento *#votou sentou* foi a expressão máxima desta aliança tática das organizações civis e políticas angolanas e esteve na base da mobilização que se assistiu pela primeira vez na história democrática de Angola nos últimos 20 anos. Vários factores estiveram por detrás deste acontecimento. O MUDEI foi, sem dúvida, a organização que protagonizou este feito inesperado para o partido no poder e contrariando todas as expectativas. Pelo menos em parte, a vitória eleitoral da UNITA a que se assistiu em Luanda foi o resultado directo disso. Por detrás do movimento *#votou sentou*, que funcionou como a primeira monitoria cívica a um acto eleitoral em Angola, esteve o MUDEI.

O movimento de activistas da sociedade civil – animado pelo MUDEI – organizou o processo de contagem paralela de resultados eleitorais em todo o país, assim como a UNITA (Schubert e Lázaro 2022b). Mas, tal como o movimento *#vais gostar* essencialmente das redes sociais, a iniciativa *#votou sentou* registou também a reacção de militantes do MPLA e do porta-voz da Comissão Nacional Eleitoral, que alegou ilegalidade no acto de permanência dos cidadãos no local de voto e de contagem paralela.

A militância jovem do MPLA e a presidência da CNE fizeram uma campanha de apelo para que os cidadãos eleitores regressassem para as suas residências tão logo exercessem o direito de voto. A campanha desaconselhava, no entanto, a permanência de eleitores nas assembleias de votação, embora a lei eleitoral garantisse que esse direito pudesse ser exercido a 500 metros das respectivas assembleias. A campanha da militância do MPLA, designada *#votou bazou*, foi um contrapeso ao movimento ‘*#votou sentou*’ e gerou muita discussão durante os 30 dias de disputa eleitoral entre os partidos concorrentes e alteração dos ânimos nas redes sociais e nas mídias tradicionais. O MPLA, a UNITA e os outros partidos na oposição e também sectores da sociedade civil como o MUDEI apresentaram posições contrárias quanto à legitimidade e legalidade da permanência nas assembleias de votação depois do exercício do voto.

Ocorre que dezenas de eleitores, delegados de partidos políticos opositores, principalmente jovens entusiasmados e ansiosos pela mudança, ficaram fora das assembleias de votação para acompanhamento dos resultados preliminares até ao início da noite daquele dia. Eles insistiram que, conforme decretado por lei, os resultados das assembleias de votação fossem publicados nas vitrines para a consulta pública dos cidadãos eleitores (ibid).

Animados pela expectativa de mudança política e treinados durante os 12 meses do ano de 2021, com sondagens de opinião em 14 das 18 províncias do país sobre as intenções de voto, grupos de jovens das organizações acima mencionadas foram a força notabilizada por detrás do movimento ‘*votou sentou*’. É claro que as iniciativas como *#vais gostar* e *#propinas não*, assim como as manifestações de rua dos dois anos anteriores (2020 e 2021) animaram a mobilização que se verificou em Agosto de 2022. Foi o tudo ou nada. Uma disputa eleitoral com um misto de entusiasmo, expectativas e tensão política entre as partes concorrentes.

No dia 24 de Agosto de 2022, os resultados das eleições foram fotografados por telefone e enviados para o MUDEI a partir de várias assembleias de voto de quase todas as provinciais para serem agrupados e contabilizados numa plataforma informática criada para o efeito. Houve, no entanto,

relatos de assembleias de voto onde os presidentes se recusaram a publicar os resultados através das actas sínteses. Alguns funcionários falaram com repórteres da imprensa privada, relatando casos em que os responsáveis das assembleias de voto haviam proibido a divulgação das actas sínteses alegando ordens superiores. No consulado angolano em Lisboa, capital portuguesa, onde funcionou uma das mais expressivas assembleias da diáspora angolana naquele país europeu, houve registo de episódios capturados em vídeo, em que se verifica a fuga da equipa eleitoral com as urnas e as actas sínteses entre insultos de eleitores indignados e furiosos (ibid). A polícia de segurança pública portuguesa (PSP), por sua vez, usou da violência para conter os manifestantes furiosos que procuravam confrontar os funcionários da respectiva assembleia de votação.

Os primeiros resultados da contagem paralela do MUDEI no dia da eleição deram à UNITA uma vantagem significativa de 53 por cento em todo o país, com 43 por cento para o MPLA. A vantagem da UNITA foi diminuindo à medida que os dados iam sendo lançados. Na mesma noite, a contragosto, a Comissão Nacional Eleitoral, órgão responsável por todo o processo, convocou apressadamente uma colectiva de imprensa (sem participantes) e declarou uma vantagem de 51,17 por cento para o MPLA seguido da UNITA com 43,95 por cento. A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) não explicou a base – as actas sínteses – de onde haviam saído os resultados que deram vitória ao MPLA. Limitou-se a divulgar os resultados dos 18 círculos provinciais e o total nacional.

Este acto foi semelhante ao anúncio dos resultados das eleições gerais de 23 de Agosto 2017. Entretanto, mesmo nos resultados oficiais apresentados às pressas, a UNITA venceu na capital Luanda – onde vive um terço da população – por uma ampla margem de (63%) dos votos (ibid) e também somou vantagens em mais duas províncias da região norte, Zaire e Cabinda.

Por conseguinte, animados com as projecções das contagens paralelas, os jovens exigiram transparência e era pouco provável que aceitassem como certos, os resultados oficiais que não fossem verificáveis através das assembleias municipais de votação que não foram publicados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Ao mesmo tempo, em situação de conflito e pressão da juventude nas ruas, como muitos ansiavam, também era improvável que as forças de segurança, até então leais ao partido no poder, se lembrassem do seu ‘dever republicano’ e apoiassem uma transição pacífica (ibid).

O movimento *#votou sentou* teve o mérito de animar a disputa política eleitoral de Agosto de 2022, de mobilizar a sociedade para o controlo do voto e de forçar a mudança de atitude individual e das instituições envolvidas no processo, como a Comissão Nacional Eleitoral que, sob muita pressão, viu o

seu trabalho ser posto em causa por falta de credibilidade e transparência em todo o acto de condução das eleições. Não houve um único acto da CNE, durante todo o processo, digno de crédito aos olhos dos cidadãos eleitores e movimentos de jovens.

### **Considerações finais**

Os movimentos juvenis em Angola foram inspirados pelo passado de luta e pela *Primavera Árabe*, embora nunca tenham conseguido atingir uma mobilização suficiente para instigar revoltas imparáveis como as observadas na Tunísia e no Egipto.

Mesmo assim, esses movimentos enveredaram para formas de protestos menos ‘insurgentes’ registadas desde 2011, numa congregação de esforços com actores políticos, principalmente com o eixo UNITA e Bloco Democrático. A Frente Patriótica Unida (FPU), encabeçada pela UNITA, quase conseguiu uma viragem histórica de regime através do controlo do voto. Isso permitiu evidenciar a maturidade política demonstrada pelos movimentos juvenis através de alianças, pautas cívicas, políticas e uso das redes sociais como meio de comunicação alternativo.

Ao longo deste artigo tentámos demonstrar o impacto social das acções desses jovens angolanos conscientes do direito de manifestação exercido com solidez e perspicácia. Em certa medida, os jovens sabiam das consequências de abdicarem do exercício desse direito e têm contornado os obstáculos impostos pelas autoridades. Cada acção de protesto é um aprendizado. Cada impedimento das autoridades e confronto com a polícia é uma oportunidade de aperfeiçoamento das estratégias de luta.

As ruas das cidades angolanas, com destaque para o largo do 1º de Maio, em Luanda, têm sido o palco preferencial das lutas sociais e disputas políticas. A escolha do largo como epicentro das manifestações resulta do peso da história desse monumento no imaginário social e político angolano. O largo representa um espaço de disputas políticas e de narrativas identitárias. Um lugar de memória em tensão permanente.

As experiências das duas manifestações acima descritas, de 11 de Novembro – no dia dos 45 anos da Independência Nacional e 10 de Dezembro – no dia dos 64 anos da fundação do MPLA – ocorridas no ano de 2020, assim como os três movimentos nomeadamente *#vais gostar*, *#propinas não* e *#votou sentou*, ocorridos entre os anos de 2019 e 2022, sinalizam, inequivocamente, que as mudanças sociais e políticas, em contextos como o angolano, resultam do envolvimento de actores individuais e de acções múltiplas e colectivas.



Não obstante essas manifestações dos movimentos não terem alterado substancialmente a situação política em Angola, como era expectável, elas tiveram o potencial de estilhaçar a manutenção do poder. O MPLA, partido no poder, tem sido pressionado pelas manifestações que ocorrem em Angola com maior regularidade e os eventos acima descritos representam essa ameaça. O MPLA é contra a realização das manifestações de protestos, não por elas mesmas, mas por aquilo que representam contra o seu poder, contra a cultura política autoritária e contra a forma como se relaciona com os angolanos. O ponto mais alto dessa ameaça, para o partido no poder, foi o movimento *#votou sentou*, na medida em que teve o mérito de congregar vários grupos contestatários e colocou em causa a manutenção e o controlo do poder de júri e de facto.

## Notas

1. O Presidente da República, João Lourenço, em entrevista concedida à Agência Lusa e ao Semanário português Expresso, em 2023, considerou que o facto de Angola registar regularmente manifestações de protestos era um sinal de democracia. Por este facto, considerou também que havia um excesso de liberdade.
2. Cântico: “A polícia é do povo não é do MPLA (bis)”; Slogans: “Resistência!”, “Autarquias Já!”, “MPLA fora!”, Cartazes: “Jlo, se não tens medo de perder o poder, autoriza as autarquias”, “Abaixo o MPLA”, “Não foi essa Angola que combinamos!”.
3. Entre alguns deles estiveram no Largo do 1º de Maio, neste dia, Luaty Beirão e Sábio Louco – o poeta. A convocação desta manifestação de 2011 provocou uma onda de pânico por parte das autoridades angolanas e das organizações de apoio ao partido MPLA e ao Presidente José Eduardo dos Santos. Veja as edições de Jornal de Angola de 3 a 14 de Março de 2011 em que a UNITA foi pressionada a posicionar-se contra a referida manifestação.
4. Slogan utilizado pelo grupo de jovens durante as manifestações que tiveram origem desde o dia 7 de Março de 2011. O Slogan “32 anos é muito!” refere-se ao tempo de permanência no poder do antigo Presidente da República José Eduardo dos Santos.
5. Foram realizados contactos com outros activistas como o Núcleo de Boas Acções do município de Belas, Luanda, Joice Zau, e Projecto Cidadania do município do Bié, província do Bié, no centro de Angola.
6. Importa referir que o sentido aqui empregue implica a inclusão de indivíduos que transitam entre os meios sociais urbanos e rurais.
7. As manifestações dos dias 11 de Novembro e 10 de Dezembro de 2020 foram organizadas por vários activistas acima referidos e contou com o apoio de outros. Registam-se também divergências e antagonismos no seio dos activistas, em termos de actuação e de diferenças de carácter.

8. O activista Nito Alves, integrante dos 15+2, foi agredido e deixado inconsciente para desencorajar outros. Desde a tentativa de manifestação de 7 de Março que a polícia angolana usa várias formas para lidar com a pressão social e com os activistas promotores: infiltração de agentes de segurança, agressões, detenção em casa, pressão psicológica, por via de familiares directos, telefonemas anónimos, detenção preventiva e detenção no dia da manifestação, raptos e subornos ou oferta de bens, para os desencorajar. Entre esses grupos de jovens há denúncias de realização de manifestações em forma de chantagens para benefícios materiais e pecuniários das autoridades públicas.
9. Há um debate que opõe políticos, militantes e académicos angolanos sobre a data de fundação do MPLA, entre 1956 e 1960.
10. Subscritores do comunicado sobre a manifestação de 10 de Dezembro de 2020.
11. Verificam-se mais de cinco páginas no facebook com o nome/título 'Vais gostar', incluindo aqueles das contracampanhas, a favor de João Lourenço, movidas pelos militantes do partido MPLA.
12. Integrante dos 15+2 de Viana e do Projeto Mudar Viana.
13. Integrante dos 15+2 de Cacuaco e da 3ª Divisão.
14. Entrevista com Adilson Manuel, 2023.
15. Lei de base do sistema de educação e ensino.
16. Victor Kajibanga, deputado pela bancada do MPLA e académico.
17. Referimo-nos a oito (Universidade Agostinho Neto, Universidade Katiavala Bwila, Universidade Mandume, Universidade Rainha Lueji, Universidade Kimpa Vita, Universidade 11 de Novembro, Universidade José Eduardo dos Santos, Universidade do Cuíto Cuanavale) existentes nas regiões académicas do país.
18. Acontece que, na prática, a gestão dos fundos públicos alocados às universidades acima mencionadas não são objecto de escrutínio, nem de fiscalização rigorosa.
19. O regulamento vigora há, sensivelmente, dois anos, mas os efeitos de melhorias das condições nas universidades não se verificam. Houve, contudo, agravamento por causa da pandemia da COVID-19.
20. Taxa de exame de acesso à universidade (5.000 Kz); Taxa de Matrícula (4.000 Kz); Taxa de Cartão (2.000 Kz) e outras.
21. Equivalente a 2 dólares e 30 cêntimos.
22. Equivalente a 18 dólares e 19 cêntimos.
23. Destaque para Luaty Beirão e James Mc.
24. Hitler Samussuku, Dito Dali, Nuno Álvaro Dala integraram a lista pela Frente Patriótica Unida para as eleições de 24 de Agosto de 2022. A disputa eleitoral teve êxito, em parte devido ao apoio da chamada 'juventude contestatária'.

## Referências bibliográficas

- Abreu, C, 2008a 'O Espaço Público em Angola: reflexões a partir da sociedade civil' in 12ª Assembleia Geral do Codesria, Yaoundé, p. 32.
- Abreu, C, 2008b 'A sociedade civil em Angola e os seus desafios internos e externos' Vidal, N, Andrade, J, *Sociedade Civil e Política em Angola, Lisboa*: Firmamento, pp. 101-114.

- Afolayan, A., 2022, 'When Does a Protester become a Hoodlum? #EndSARS Protests and the Active Citizenry in Nigeria' in *Ibadan Journal of Humanistic Studies*, vol. 32: 53-73.
- Almeida, C., Sá, A., Faria, PCJ., 2022, 'We got a taste for protest! Leadership transition and political opportunities for protest in Angola's resilient' in *Popular Protest, Political Opportunities, and change in Africa*, London, Routledge Contemporary Africa Series, 128-147.
- Beirão, L., 2016, *Sou eu mais livre, então – diário de um preso político angolano*. Lisboa: Tinta da China.
- Bussotti, L, Mutzenburg, R, 2016, 'Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias', *Cadernos de Estudos Africanos*, 31, pp. 7-14.
- Bureau Político do MPLA, 2020, 'Nota de Repúdio – sobre a manifestação de 10 de Dezembro de 2020', disponível em: <https://www.facebook.com/Mplaoicial/posts/3832522213481984/> Acessado: 14 de Maio de 2022.
- Blanes, R., 2021, 'The optimistic utopia: sacrifice and expectations of political transformation in the Angolan Revolutionary' in *Social Anthropology*, 29, 1: 123-140. doi:10.1111/1469-8676.12977
- Blanes, R., Samassuku, H., 2022, 'Afro-Autarky. Ondjangos and utopias of contemporary Angolan Activism' in *Critical Times*, 5:2: 475-494.
- Cordeiro, A., 2006, 'Militantes da oposição em Angola presos por desobediência quando tentavam chegar a embaixada de França' *Jornal Público*. 14 Novembro de 2006. Disponível em <https://www.publico.pt/2006/11/14/jornal/militantes-da-oposicao-em-angola--presos-por-desobediencia-quando-tentavam-chegar-a-embaxada-da-franca-107313> Acessado: 27 de Maio de 2022.
- Comaroff, J., Comaroff, J., 2005, 'Reflections on Youth, from past to the Postcolony' in Honwana, A., DeBoeck, F., *Makers & Breakers. Children & Youth in Postcolonial Africa*, Oxford: James Curry/Trenton: Africa World Press/Dakar: Codesria, pp. 267-281.
- Comerford, M, 2005, *O rosto pacífico de Angola. Biografia de um processo de paz (1991-2002)*, Windhoek: Editora de autor.
- Cuteta, A., 2019 'Propinas chegam ao ensino superior público' *Jornal de Angola*, Disponível em: <https://www.pressreader.com/angola/jornal-de-angola/20190219/281560882065946> Acesso: 20 de Junho de 2023
- Castells, M., 2017, *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar.
- Chabal, P., 2008, Prefácio Analítico: 'Twilight zone: Sociedade civil e política em Angola', Vidal, N, Andrade, J, *Sociedade Civil e Política em Angola*, Lisboa: Firmamento.
- Chabal, P., 2006, 'Transições políticas em Angola: et pluribus unum', Vidal, N., Andrade, J., *O processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*, Lisboa: Firmamento.

- Daniel, A., Neubert, D., 2019 'Civil society and social movements: conceptual insights and challenges in African contexts', *Critical African Studies*, 11 (2):176-192, DOI: 10.1080/21681392.2019.1613902
- Diouf, M., 2003, 'Engaging postcolonial cultures: African youth and public space', *African Studies Review*, vol. 46, n. 2: 1-12.
- Euro News português, 'Manifestação em Luanda termina em violência' <https://www.youtube.com/watch?v=y-vJpkH-02Q&t=33s> Acessado 18 de Junho de 2023
- Faria, PCJ., 2013, 'The Dawning of Angola's Citizenship Revolution: a quest for inclusionary politics', *Journal of Southern African Studies* 39(2): 293-311.
- Gastrow, C., 2022a, 'Decolonising university? Power, Institution and mobilisation' Gomes, C., Abreu, C., *Public Humanities – Thinking Freedom in the African University*, Dakar: CODESRIA, 101-106.
- Gastrow, C., 2022b, 'If Angola were Libya: protest and politics in Angola' in *Transformation (Critical perspective on Southern Africa)*, 108:11-34.
- Gohn, M.G., 2012, *Sociologia dos movimentos sociais*, São Paulo: Cortez Editora.
- Honwana, A., 2014, "Juventude, waithood e protestos sociais em África" in *Desafios para Moçambique*, pp. 399-412.
- Honwana, A., 2013, *Youth and Revolution in Tunisia*, London: Zed Books.
- Honwana, A., 2012, *The Times of Youth: Work, social change and politics in Africa*, Sterling, VA, Kumarian Press.
- Honwana, A., DeBoeck, F., 2005, 'Introduction – Children & Youth in Africa: Agency, Identity and Place' in *Makers & Breakers. Children & Youth in Postcolonial Africa*, Oxford: James Curry/Trenton: Africa World Press/Dakar: Codesria, pp.1-18.
- Lázaro, G., Silva, O., 2016, 'Hip-hop em Angola: o rap de intervenção social', *Caderno de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa*. Lisboa, n. 31: 41- 67, Jan./Jun.
- Lima, J., 2013, 'From Arab Spring to a New Revolution in Angola', *Afrique Contemporaine* 245(1).
- Luamba, M., 2019, 'Política/Angola: polícia angolana reprime mais de 200 estudantes', Deutsche Welle, 26 outubro. Available online at <https://www.dw.com/pt-002/pol%C3%ADcia-angolana-reprime-mais-de-200-estudantes/a-51001481>. Acessado: 10 Julho de 2023
- Luamba, M., 2020, 'Política/Angola: 'JLO, em 2022 vais gostar: Angolanos contestam Presidente' Deutsche 1 agosto. Disponível em <https://p.dw.com/p/3gGVb> Acessado: 28 Julho de 2023
- Mamadani, M., Mkandawire, T., Wamba-dia-Wamba, 1992, 'Movimentos Sociais, Mutações e luta pela democracia em África' in *Ciências Sociais em África*, Dakar: CODESRIA e Lisboa: Cotovia, 64-90.
- Manji, F., 2013, 'New media, New truths, new lies: popular struggles in Africa and Media' in *Codesria Bulletin*, n. 3 &4, pp. 21-26.

- Messiant, C., 2006, 'Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia', Vidal, N., Andrade, J., *O processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*, Lisboa: Firmamento, pp. 131-162.
- Morais, R, 2020 'Manifestações, desgaste e descrédito' in MakaAngola, disponível em: [https://www.makaangola.org/2020/11/manifestacoes-desgaste-e-descredito/?fbclid=IwAR3MmQGP-In1O2JoqweKmxWihJNwD9RvTqt2NVEZ5Qq\\_rZ3TxDRGZRo5Ys](https://www.makaangola.org/2020/11/manifestacoes-desgaste-e-descredito/?fbclid=IwAR3MmQGP-In1O2JoqweKmxWihJNwD9RvTqt2NVEZ5Qq_rZ3TxDRGZRo5Ys) Acessado: 10 Julho de 2023
- Marcon, F., 2020, 'Agências estetizadas: juventude, mobilizações e ativismos em Angola', Uberlândia: Revista de Cultura Política, v.9, nº2, pp. 191-208. Acesso: 7 de Agosto de 2024
- Mukuta, C., Fortuna, C., 2012, *Os meandros das manifestações em Angola*, Brasília: Editora Kiron.
- Nyamnjoh, F, 2016, *#Rhodes Must Fall. Nibbling at resilient colonialism in South Africa*, Bamenda: Langaa Research & Publishing.
- Pearce, J., 2017, *A Guerra civil em Angola, 1975-2002*, Lisboa: Tinta-da-China.
- Peregrino, M., 2022, 'Do artes ao vivo ao Luanda Slam: marcos da poesia falada em Angola no século XXI', *Revista Terceira Margem*, v. 26, n.49: 234-252.
- Pestana, N., 2002, 'As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola', Occasional Paper. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, ISCTE.
- Pestana, N., 2012, 'Os novos espaços de participação em Angola', in Fauré, Y., & Rodrigues, C., ed, *Descentralização e desenvolvimento local em Angola e Moçambique: processos, terrenos e autores*, Coimbra: Almedina, 181-200.
- Pleyers, G., 2013, 'Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós-2011', *Lutas Sociais*, vol. 17, no. 31, pp. 87-96.
- Renato, C, 2020, 'Mambos da Nguimbi: Vais gostar!', Novo Jornal. <https://novojournal.co.ao//opinio/interior/mambos-da-nguimbi-va-is-gostar-91067.html> Acessado: 27 de Julho de 2023
- Rodrigues, C, 2010, 'Youth in Angola: Keeping the pace towards modernity' *Cadernos de Estudos Africanos*, 18/19, pp. 166-179.
- Schubert, J., Lázaro, G., 2022b 'Official Angolan result gives ruling MPLA wafer thin win. On the streets the outcome isn't believed in The Conversation August 27. Acessado: 10 de Maio de 2023
- Schubert, J. 2010, 'Democratisation' and the Consolidation of Political Authority in Post-War Angola. *Journal of Southern African Studies*, 36(3), 657-672. <https://doi.org/10.1080/03057070.2010.507572> Acessado: 8 Novembro 2024.
- Tsandzana, D., 2020, 'Redes sociais da internet como 'tubo de Escape' Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique', *Activismo em África, Cadernos de Estudos Africanos*, 40, pp. 167-189.
- Tsandzana, D., 2018, 'Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: A participação política dos conectados desamparados', *Comunicação e Sociedade*, vol. 34, pp. 235-250.

- Televisão Pública de Angola, 'Manifestação em Luanda: polícia repudia comportamento de alguns jovens', disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lZtsjWROomU&t=113s> Acesso: 30 Julho de 2023
- Tomás, C., Marcon, FN, 2012, 'Kuduro, Juventude e Estilo de Vida: Estática da diferença e cenário de escassez', *Tomo*, 137-168.
- Touraine, A., 1977, *The self-production of society*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Vera Cruz, E., 2021, 'Angola Jovem: revisitando os jovens de ontem, interpelando os de hoje', in *Angola 45 anos. O político, o social, o económico e o cultural*. Luanda: Mayamba, pp. 241-256.
- VOA Português, 'O último adeus a Inocência de Matos', disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ikF6bSEqZgQ> Acessado: 30 de Junho de 2023
- Wieviorka, M., 2010, *Nove lições de sociologia*, Lisboa: Teorema.